

Problemas técnicos ameaçam agravar situação com credores

por Reginaldo Heller
do Rio

A menos de duas semanas úteis para o término do prazo, previamente fixado por todas as partes, para a conclusão do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões, multiplicam-se os problemas técnicos que ameaçam agravar a situação brasileira e dos grandes bancos credores neste final de ano. Uma importante fonte do comitê assessor da dívida externa informou ontem às autoridades brasileiras que os grandes bancos estão examinando três alternativas para fechar a operação neste final de ano. A solução, segundo apurou este jornal, deve ser encontrada hoje ou amanhã.

Entre as alternativas está a concessão de um "bridge-loan" (empréstimo-ponte) por parte do Tesouro americano, no valor de US\$ 200 milhões ou pouco mais, ou um aporte adicional de recursos dos grandes bancos. Um dos obstáculos encontrados tem sido a dificuldade de alguns pequenos bancos aumentarem seus portfólios para o Brasil ainda em 1983, ou ampliarem seus orçamentos de empréstimos neste ano. Tais bancos, contudo, poderiam participar da operação já em janeiro. Há também, a alternativa de um empréstimo-ponte por parte, exclusivamente, dos grandes bancos.

SOLUÇÕES

Ainda ontem, representantes de bancos estrangeiros debatiam-se sobre outro problema: as possíveis soluções a serem dadas para a questão do debate do imposto de Renda no pagamento dos juros externos e, consequentemente, o direito ao crédito equivalente junto ao fisco de seus respectivos países. Finalmente, banqueiros brasileiros e estrangeiros estão preocupados com a prioridade acertada com o Fundo Monetário Internacional de acabar com cen-

tralização do câmbio até o final deste ano, agora ameaçada de não ocorrer, caso a primeira tranche do jumbo não seja liberada em tempo hábil.

A primeira grande preocupação dos bancos credores, especialmente os norte-americanos, reside na possibilidade de não serem pagos os juros atrasados há mais de 90 dias, levando-os a lançar na conta de "non performing loans" os créditos inadimplentes. Essa situação, considerada angustiante para os altos executivos destes bancos junto aos seus acionistas, poderá, no entanto, ser superada, por adiantamentos ("bridge-

loans") destinados a liquidar débitos cujos prazos de atrasos já se aproximam de 90 dias. Em caso contrário, o País iniciará o ano com um volume razoável de atrasos, contrariando a hipótese de trabalho inicial de liquidar tudo neste fim de ano.

Outros problemas surgiram, contudo, e estão exigindo um novo esforço de negociação. Alguns bancos credores que realizaram substanciais lucros em suas operações internas nos países de origem estão solicitando do Banco Central o recibo de pagamento de Imposto de Renda sobre os juros (praxe usual antes da crise) para terem o di-

reito de receber créditos equivalentes em seus próprios países (Ver página 3).

NEGOCIAÇÕES

Ocorre, porém, que tais recibos sempre foram fornecidos pela empresa tomadora, que recebia um abate "por fora" do governo brasileiro. Hoje, o depositário desses empréstimos é o próprio Banco Central e, portanto, inabilitado a fornecer os mesmos recibos. As negociações que estão sendo conduzidas com o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, parecem desembocar num acordo provável: o Banco Central fornece o recibo do Imposto de Renda mas, em compensação, exige uma redução dos "spreads" para os empréstimos feitos e que estão depositados no BC (Resolução n°s 432 e 260). Um levantamento preliminar aponta que estão envolvidos nesta operação nada menos que, aproximadamente, US\$ 100 milhões.

Finalmente, apesar dos esforços do ministro Delfim Netto, da Seplan, e do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, junto aos bancos árabes, há, ainda, dificuldades em relação à participação da Inglaterra no empréstimo conjunto das agências governamentais, e as exigências de alguns bancos que decidiram participar do jumbo. A preocupação, ali, reside no fato de que, se um acordo não for feito até o final deste ano, dificilmente o governo terá condições de suspender a centralização do câmbio, de resto, exigência do FMI. E, consequentemente, surgirá um novo impasse. Aliás, é, exatamente, a perspectiva de eliminação da centralização do câmbio que está engrossando as filas de solicitações de importações, suspensa por precaução pela Cacex neste fim de ano.